



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – *CAMPUS XVI*  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

**CAMILA DE JESUS BARRETO**

**A LEITURA E A ESCRITA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO E SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE  
(PPL)**

Irecê – BA

2025

**CAMILA DE JESUS BARRETO**

**A LEITURA E A ESCRITA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO E SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE  
(PPL)**

Artigo apresentado à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT, *Campus XVI*, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Ma. Patrícia Morais Rosendo Dourado.

Irecê – BA

2025

**CAMILA DE JESUS BARRETO**

**A LEITURA E A ESCRITA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO E SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE  
(PPL)**

Artigo apresentado à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT, *Campus XVI*, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

Aprovada em 29 de julho de 2025.

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Patrícia Morais Rosendo Dourado  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Orientadora

---

Prof. Me. Hebert Vieira Durães  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Membro Interno

---

Prof. Me. Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Membro Interno

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder força, saúde e sabedoria. Agradeço também à proteção espiritual da minha mãe, Jandilma (*in memoriam*), a qual me guia e me protege. Agradeço aos meus familiares, em especial, o meu pai, Leonardo; a minha irmã, Gabriela; e a minha madrastra, Luzia; sem eles nada disso seria possível, pois foram a minha base durante os árduos anos do processo de graduação, auxiliando-me no necessário.

Exalto a minha gratidão a minha orientadora, Patrícia Morais Rosendo Dourado, pela sua sábia paciência e cooperação durante todo o processo de orientação deste trabalho, sendo sua inteligência e responsabilidade essenciais para a conclusão e defesa desta escrita. Obrigada por confiar no meu potencial e por me fornecer as melhores orientações para que eu pudesse ter êxito e alcançar o meu objetivo: a defesa do trabalho e, conseqüentemente, a conclusão do curso.

Agradeço aos meus amigos de graduação, Karolaine Soares e Paulo Pereira, por serem o meu porto seguro na turma 2019.1. Eles sempre foram atenciosos e responsáveis nos trabalhos em grupo e repasse de informações quando se fez necessário.

Agradeço à instituição de ensino, UNEB - DCHT, *Campus XVI*, por oferecer os recursos necessários para minha formação qualificada; e aos servidores/professores por toda atenção perante aos discentes, em especial, ao professor Jacson Silva, pelo incentivo, e ao servidor Jorge Luiz, o qual me informou sobre a minha aprovação no vestibular assim que teve conhecimento.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, com apoio, incentivo e palavras, sendo todos fundamentais para minha motivação e sucesso.

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.”

(Aristóteles)

**A LEITURA E A ESCRITA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO E SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE  
(PPL)**

Camila de Jesus Barreto<sup>1</sup>

Patrícia Morais Rosendo Dourado<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo fundamenta-se sobre o papel da Língua Portuguesa na educação de Pessoas Privadas de Liberdade - PPL na Educação de Jovens e Adultos - EJA, compreendendo o funcionamento de diferentes linguagens e práticas nesse campo de atuação por meio da análise de um plano de ensino anual com abordagem pedagógica, com foco nas necessidades desse público e seguindo as diretrizes e competências da BNCC - Base Nacional Comum Curricular. Para realizar a análise, o plano foi disponibilizado, mediante autorização, por uma professora atuante no complexo prisional. A partir disso, foi observado como as competências e habilidades da BNCC, que fazem parte da dimensão técnica da construção do plano de curso por meio de mobilizações de várias práticas de linguagem em contexto de Pessoas Privadas de Liberdade, contribuem para o processo de função social da linguagem, humano e intelectual. Discute-se como a educação inalienável é um direito constitucional, estratégico e transformador de vidas, e como a potencialização no contexto do sistema penal traz implicações positivas para o processo de ressocialização, diminuição da reincidência criminal, reintegração e capacitação dos internos, os quais, por meio dos conhecimentos adquiridos podem exercer os direitos secundários. Ressalta-se também sobre a ausência de formação continuada dos profissionais que atuam nesse contexto, escassez de infraestrutura adequada e recursos financeiros. Por fim, mostra-se como a leitura e a escrita impactam de maneira positiva na vida dos internos, e quais são os elementos básicos para uma ressocialização eficaz, utilizando a educação enquanto ferramenta para uma sociedade mais justa e inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem; Social; Ressocialização.

**ABSTRACT:** This article explores the role of Portuguese in the education of Persons Deprived of Liberty (PPL) in Youth and Adult Education (EJA). It explores the functioning of different languages and practices in this field through the analysis of an annual teaching plan with a pedagogical approach, focusing on the needs of this population and following the guidelines and competencies of the BNCC (National Common Curricular Base). For the analysis, the plan was made available, with authorization, by a teacher working in the prison complex. From this, it was observed how the BNCC competencies and skills, which are part of the technical dimension of the course plan's construction through the mobilization of various language practices in the context of Persons Deprived of Liberty (EJA), contribute to the process of the social, human, and intellectual function of language. The article discusses how education is an inalienable, strategic, and life-transforming constitutional right, and how its empowerment within the penal system has positive implications for the resocialization process, reducing criminal recidivism, and reintegrating and empowering inmates, who, through the knowledge acquired, can exercise their secondary rights. It also highlights the lack of continuing education for professionals working in this context, as well as the scarcity of adequate infrastructure and

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XVI, Irecê – BA.

<sup>2</sup> Professora orientadora.

financial resources. Finally, it shows how reading and writing positively impact the lives of inmates and the basic elements for effective resocialization, using education as a tool for a more just and inclusive society.

**KEYWORDS:** Language; Social; Resocialization

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa o papel da Língua Portuguesa e as contribuições pedagógicas na educação de Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como pesquisa documental, por envolver a análise primária do Plano de Curso (PC-PPL) elaborado para o sistema prisional, e como pesquisa bibliográfica, ao fundamentar-se em legislações educacionais específicas e em contribuições teóricas de estudiosos da área (Marconi; Lakatos, 2003).

Destaca-se a importância da leitura e da escrita no processo de desenvolvimento humano e social, identificando fatores estratégicos no contexto educacional da PPL, os quais contribuem para a redução dos índices de reincidência criminal e favorecimento da reintegração social dos internos, além de discutir as habilidades leitora e escrita como instrumentos essenciais para o exercício da criatividade, expressão pessoal e, sobretudo, como ferramentas essenciais para o desenvolvimento humano e social.

A educação é um direito fundamental e, de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), o fato dos internos se encontrarem encarcerados não retira deles os direitos à cidadania, assim como a qualquer ser humano (Brasil, 1988). A educação carcerária não pode ser apenas um meio para adquirir um conhecimento técnico, mas uma forma de formar o indivíduo para exercer os direitos secundários e a cidadania como um todo.

A Lei de Execução Penal (LEP, 1984) dispõe do direito do interno em receber assistência educacional nas penitenciárias brasileiras, visando a reintegração à sociedade (Oliveira, 2022). A referida lei foi posteriormente alterada pela Lei 13.163/2015 (Brasil, 2015), a qual preconiza que cada estabelecimento penal tenha uma biblioteca para os internos com livros instrutivos, recreativos e didáticos (Silva; Pimentel, 2018). No contexto da educação prisional brasileira, em prisões vinculadas a Estados e municípios, inicialmente, apenas o Ensino Fundamental e o Ensino Profissionalizante eram obrigatórios, somente depois da nova sanção presidencial o Ensino Médio passou a ser contemplado (Gama, 2023).

Em 2011, houve uma alteração na LEP, o que permitiu incluir a remissão de pena através do estudo, nivelando à modalidade já em vigor pela remição da pena pelo trabalho. Essa

alteração decretou que, a cada 12 horas de estudo, divididas em três dias de prática estudantil, o interno teria um dia de pena minimizado. (Gama, 2023). De acordo com o relatório de informações penais (RELIPEN), do INFOPEN 2024 (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024), 69,1% da população carcerária é predominantemente negra, com faixa etária entre 18 a 29 anos, sendo 94% homens e com baixa escolaridade, e 58% não concluiu o Ensino Fundamental.

A marginalização social e educacional das Pessoas Privadas de Liberdade é acentuada pela ausência de programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades dessa política de educação. É importante salientar também sobre a necessidade de valorização dos profissionais atuantes na educação desse público, bem como a remuneração adequada e condizente com o material didático de qualidade e específico, além de agentes penitenciários suficientes para o deslocamento das PPL às salas (Gama, 2023).

Assim sendo, a marginalização da educação prisional subvaloriza essa educação e a transforma em uma oferta precária com proposta pedagógica insuficiente, infraestrutura inadequada, superlotação, condições insalubres e falta de profissionais qualificados, o que acarreta em dificuldades no atendimento educacional a esses indivíduos de maneira efetiva e garantida por lei para que possa reintegrar os internos à sociedade (Silva; Pimentel, 2018).

Com esse processo de marginalização e a manutenção da exclusão social, os internos que, em sua maioria possui baixa escolarização, sem o acesso adequado à oportunidade de aprender e desenvolver-se de forma pessoal e profissional acabam não conseguindo emprego de maneira lícita após o retorno à sociedade, o que, conseqüentemente, aumenta o índice de retorno à vida criminal. Sobre isso, Freire (2004) diz que é necessário associar o conteúdo que se ensina em sala de aula com a realidade dos alunos que muitas vezes convive com violências, ou seja, esses indivíduos que estão sendo ressocializados tiveram muito mais proximidade com contextos de morte do que com vida, sendo essencial estabelecer a proximidade entre os saberes cruciais e as experiências que eles possuíram anteriormente ao processo de reeducação.

As diretrizes e competências da BNCC estipulam que a Língua Portuguesa exerce um papel fundamental nesse processo, e não somente como um componente que transmite normas, mas também como refúgio de leitura e escrita em que os internos podem trocar experiências e conhecimentos prévios de mundo (Jacob, 2023; Ucelli, 2023). Nesse contexto, os diferentes processos de leitura e escrita desenvolvidos nas aulas de Língua Portuguesa para PPL funcionam como recurso de desenvolvimento humano e social, elevando o nível crítico e social.

As contribuições pedagógicas na educação de PPL são essenciais para compreender e analisar os processos de produção e circulação de discursos, conflitos, preconceitos e ideologias

nas diferentes mídias da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim sendo, diante da relevância da temática, torna-se fundamental a discussão, uma vez que o Brasil é integrante de uma das maiores populações carcerárias do mundo (Jacob, 2023; Ucelli, 2023).

É perceptível que, nos dias atuais, se apresenta um novo contexto de sistema prisional que necessita de uma efetiva reintegração desses detentos em sociedade. E, nesse contexto, a presente pesquisa analisa a educação como aspecto necessário, estratégico e transformador de vidas, bem como políticas públicas que contribuam para essa acessibilidade. A pesquisa dialoga sobre a potencialização da educação no contexto do sistema penal e suas implicações sociais visando enfatizar a importância para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dessa forma, na próxima seção, discute-se a proposta pedagógica do plano de curso do sistema prisional PC-PPL (Plano de Curso- Privados de Liberdade) (Bahia, 2025), abordando sobre os principais aspectos trabalhados, levando em conta as competências da BNCC e os Parâmetros Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em seguida, apresenta-se a análise do PC-PPL, discutindo como foi elaborado e quais os critérios considerados no processo de ensino do conteúdo abordado em sala, pensando como a leitura e a escrita servem de recurso para o desenvolvimento humano e social. Por fim, seguem as considerações finais com uma síntese dos resultados alcançados com a presente pesquisa.

## **2 A EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO PLANO DE CURSO DO SISTEMA PRISIONAL**

Assim, analisou-se como a leitura e a escrita aparecem nos documentos oficiais, sobretudo, do plano de ensino anual de 2025 que é regido pelas normativas da EJA e pela LEP. Nesses documentos, a leitura e escrita são compreendidas como recurso de desenvolvimento humano e social, por isso, foi discutido como a Língua Portuguesa influencia a educação emancipatória, enfatizada por Paulo Freire (2011), pois deve adequar-se a uma educação problematizadora-libertadora e não como uma educação bancária que deposita em seus educandos os saberes nada reflexivos e críticos, promovendo assim autorreflexão perante à vida dos internos com competências e habilidades exigidas pela BNCC.

Após a disponibilização do PC-PPL, buscou-se material complementar para análise do documento, como as normativas que regem a educação de PPL e EJA. Entre as normativas está a Resolução CEE N° 43 (Bahia, 2014), que contempla os direitos em relação à Educação Básica, na modalidade EJA, ofertada especificamente para PPL, contribuindo para o processo de desenvolvimento humano e de inclusão dessas pessoas, seja no contexto prisional ou no retorno

à sociedade.

O PC-PPL se constitui de uma versão adaptada de planos utilizados para EJA, ou seja, utiliza-se uma versão modificada para atender às especificidades das PPL, sendo por isso apresentada como EJA/PPL. A EJA e a educação oferecida às PPL estão interligadas na legislação educacional vigente, levando em conta a LEP e as políticas públicas de direitos humanos de forma geral. Nesse contexto, a educação deve ser ofertada aos sujeitos nos mais diferentes níveis educacionais e modalidades, com análise da frequência escolar, articulação com secretaria de administração penitenciária, entre outros setores institucionais (Jacob, 2023; Ucelli, 2023).

Assim, é necessário reconhecer o valor das modalidades educacionais e reafirmar a implementação efetiva, bem como a fomentação de programas e projetos que visem amplificar a oferta de ensino para PPL no Estado da Bahia, sendo essas ações financiadas com recursos públicos, assim, vale ressaltar a importância das ações complementares voltadas à cultura, ao esporte, à inclusão digital, além de outras atividades e projetos que fomentem a leitura e a escrita, com a implementação e/ou potencialização de bibliotecas nesses espaços (Jacob, 2023; Ucelli, 2023).

A organização do ensino para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) se insere em um sistema de controle, vigilância constante e disciplina rigorosa. No contexto dos complexos penitenciários, a educação passa a ser concebida como um instrumento de regeneração moral, buscando combater vícios, como a ociosidade que, frequentemente, é associado à prática da criminalidade, fechando assim as fontes de comunicações perigosas para adquirir hábitos considerados úteis, como o gosto pela vida laboriosa e a disciplina. Esse processo pode ser explicado a partir do conceito de Panoptismo<sup>3</sup> (Foucault, 2014), uma vez que esse modelo de poder e constante vigilância se baseia no contexto de que as instituições como prisões, hospitais e fábricas, alcançam a autodisciplina dos indivíduos que ao serem vigiados, mesmo sem estarem sendo, se comportam de maneira disciplinada e de acordo com as normas estabelecidas.

Para o Foucault (2014), o estabelecimento do poder se reveste do saber através da ideia de Panoptismo, que gera um aumento de controle perante àqueles que estão sob vigilância, pois o poder tem vigor com o conhecimento adquirido sobre eles com essa vigilância constante que consequentemente se transforma em conhecimento sobre os que estão sendo monitorados e autodisciplinados perante esse ato de vigia.

---

<sup>3</sup> Para Foucault, o panoptismo é um conceito que descreve um sistema de vigilância e controle social, baseado na arquitetura do Panóptico, uma prisão idealizada ou seja, o panoptismo, segundo Foucault, não se limita a prisões, mas se manifesta em diversas instituições e relações sociais, onde o poder se exerce através da vigilância constante e da internalização da disciplina.

Com o passar do tempo, o sistema penal foi se modificando no sentido de não se restringir apenas na punição do crime, mas também em realizar uma análise de aspectos extrajurídicos do indivíduo que o cometeu. Julga-se, portanto, não apenas a infração, mas também a personalidade do infrator seus instintos, sua história de vida, o ambiente social e familiar em que foi criado, e até mesmo fatores hereditários (Foucault, 2014). Essa mudança reforça o caráter disciplinador da prisão, que busca conhecer e moldar os corpos e as condutas dos sujeitos, inclusive por meio de dispositivos como a educação.

Considera-se que o plano de curso anual elaborado em 2025 e analisado neste estudo vai na contramão do modelo educacional do sistema carcerário brasileiro, o que pode demonstrar sinais de transformação nesse cenário. Ao focar na formação crítica e autonomia dos internos, pode-se avaliar isso como resistência ao modelo disciplinador. A partir da análise, verificou-se que o ensino não é meramente instrumental e voltado apenas para ocupação do tempo, pelo contrário, a proposta evidencia contribuições significativas para o público específico da EJA/PPL, pois além de ser uma versão adaptada para as necessidades desses sujeitos com textos que reforçam a autonomia em suas produções e em suas leituras, torna-se também uma esperança em termos de conhecimento, refúgio e voz na formação crítica e de resistência desse modelo disciplinador instrumental da ordem constante sem tréguas sobre corpos e mentes (Foucault, 2014). Sobre isso, Freire (2011) destaca que a educação deve estimular o pensamento crítico, o diálogo e a construção coletiva do saber, pois deve servir à libertação do oprimido que se conscientiza da dominação opressora e tem a educação como prática de liberdade que o torna autossuficiente, crítico da realidade e capaz de transformá-la.

Os textos selecionados que compõem o plano de curso que entre eles podemos citar o texto o artesanato que vai abordar sobre técnicas artísticas e os impactos da revolução industrial bem como o texto *Uma lição de vida* que vai relatar sobre escolhas de vida, princípios e propósitos. Os textos são pesquisados em sites, a exemplo: tudo de sala de aula, acessaber e letras.mus.br para buscar música que falam de fé, em uso: Anjos do Rappa.

Todos os textos são trabalhados com viés humanizador, e propõem possibilidades de reflexão sobre os internos de que as escolhas de vida fazem parte da inconclusão, que o passado não deve ser motivo para os tornarem inertes, mas sim para ressignificar as vidas através da educação. O plano propõe ainda as leituras e relatos escritos sobre as aflições e anseios dos detentos. Assim, ao assegurar esse direito, além do benefício da remissão de pena, potencializa-se os conhecimentos dos internos que são necessários ao universo de trabalho e à vida, dando-lhes autonomia, protagonismo e utilidades sociais, uma vez que negar o direito de terem acesso aos livros, produções de textos e leituras em sala de aula com suporte pedagógico é continuar

propagando injustiça, exploração, opressão, violência e violação de direitos essenciais (Freire, 2011).

A proposta didática e pedagógica do plano de curso reconhece as PPL como sujeitos históricos e capazes de transformar a realidade com a pedagogia libertadora que possui escuta, diálogo e problematização da realidade social desses indivíduos ressaltando também que essa libertação da consciência se desenvolve pela busca constante do conhecimento, e que a necessidade de implementação e investimentos é de extrema urgência para que se possa recuperar ou ao menos tentar resgatar esses indivíduos por meio da educação (Freire, 2011).

### **3 LEITURA E ESCRITA COMO EIXOS DO PLANO DE CURSO PARA INTERNOS NO SISTEMA PRISIONAL**

A leitura e a escrita aparecem como eixos principais nos documentos oficiais, como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano de Curso das Pessoas Privadas de Liberdade (PC-PPL), utilizado na pesquisa. O ensino de Língua Portuguesa para PPL se norteia a partir da EJA, que tem as próprias regulamentações e parâmetros enquanto uma modalidade educacional, essa categoria de ensino, por ser uma modalidade de experiências constituídas ao longo da vida desses indivíduos, deve-se nortear como uma formação solidária, libertadora e diversificada, voltada para a educação de pessoas com histórias de vida excludentes (Oliveira, 2022)

O processo educacional desse público em específico, compreende a leitura e a escrita como recurso de desenvolvimento humano e social (Freire, 1970; Freire, 1989) na educação de PPL. Sendo o sistema prisional um local hostil, o processo educacional deve levar em conta valores como justiça e igualdade do reeducando, levando em consideração a história de vida. Conforme menciona Amorim *et al.* (2017, p. 21)

O público que compõem a EJA possui características diferenciadas e, em geral, é composto por sujeitos que, em algum momento, tiveram seus direitos violados, suas trajetórias interrompidas, e se encontram à margem da sociedade. Há que ser considerado ainda que, por vezes, o reingresso à escola é a única chance de obtenção de crescimento, melhorando as chances de acesso ao mercado de trabalho e complementação de renda familiar.

Diante dessa compreensão da função emancipadora e humanizadora da leitura e da escrita (Freire, 1970; Freire 1989; Candido, 1995; Rego, 2013), é perceptível como a educação é a esperança desse público na construção de um sujeito crítico e com capacidade intelectual para interpretar as escolhas de vida com maiores oportunidades, e o PC-PPL assume, como caminho, as competências e habilidades presentes na BNCC que se baseiam em conteúdos que

contribuem de maneira articulada para essa formação, intelectual, técnica e humana.

Nesse sentido, o quadro a seguir apresenta as competências e habilidades da BNCC que dialogam diretamente com os princípios da educação voltada para a emancipação social, o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da valorização da experiência humana. Tais competências fortalecem o protagonismo do educando, promovendo práticas educativas significativas e transformadoras, especialmente no contexto da educação de pessoas privadas de liberdade.

**Quadro 1:** Competências e Habilidades no PC-PPL

<b>COMPETÊNCIAS DA BNCC</b>
Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais). Mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade para continuar aprendendo (p. 490)
Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (p. 490)
Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando as características locais, regionais e globais, e mobilizar os conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re) construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. (p. 490)
Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas e de aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva. (p. 490)
<b>HABILIDADES DA BNCC</b>
(EM13LGG101) Compreender e analisar os processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos. (p. 491)
(EM13LGG102) Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando as possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade. (p. 491)
(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais). (p. 491)
(EM13LGG104) Utilizar as diferentes linguagens, levando em conta os funcionamentos para a compreensão e produção de textos e discursos em diversos campos de atuação social. (p. 491)

**Fonte:** Bahia (2025)

Assim sendo, para a formação leitora e escrita das PPL, todas as habilidades e competências da BNCC precisam ser contempladas em sua implementação, visto que para uma formação qualificada e que possa desenvolver novas habilidades de reeducação prisional, a leitura e escrita estão intrinsecamente associadas ao processo de uma ressocialização eficaz.

Com relação à leitura o PC-PPL, propõe o desenvolvimento de atividades de interpretação e leitura de textos literários e não literários, como também de produções dos

próprios alunos, envolvendo gêneros textuais, além de abordar figuras de linguagem e elementos básicos da comunicação com vistas a uma socialização eficaz (BNCC, 2017). Com o uso desses elementos, o objetivo do trabalho é que os alunos possam melhor se articular no que se refere à linguagem conotativa/denotativa, aos seus usos nos textos e aos tipos de discurso presentes em escritas. Além disso, há também destaque para o estudo da linguagem verbal e não verbal explorado nos textos, aspectos acerca da variação linguística, discussão sobre a intertextualidade e conteúdos sobre funções da linguagem.

Sendo assim, esses conteúdos na educação prisional são essenciais para que se possam fornecer ferramentas necessárias a autossuficiência pós-cárcere, pois uma educação que visa reinserir essas pessoas na sociedade precisa garantir subsídios para a sua reintegração, e não segregar ou até mesmo negar esse direito aos internos. Por isso, a decodificação da leitura e da escrita são importantes para o lazer, consumo e trabalho, além disso, a assistência educacional contempla também perspectivas, anseios e dificuldades e, ao mesmo tempo, é uma esperança para a diminuição de pena e o resgate do direito de sonhar, dando voz e libertação aos silenciados, como ressalta Freire (2011, p. 43)

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

A metodologia do PC-PPL contempla a leitura e a interpretação de textos em sala, produção de textos para praticar o desenvolvimento da escrita, atividades de interpretação sobre gêneros textuais, atividade avaliativa sobre o uso das figuras de linguagem nos textos, além de trabalhos em equipe sobre os conhecimentos adquiridos, simulados sobre os elementos básicos da comunicação e a construção de um mapa mental com foco nos textos literários e não literários. O plano prevê também a escrita de resumo sobre a utilização da linguagem verbal e não verbal, a escrita de relatório sobre como acontece a variação linguística, apresentação oral sobre o papel das funções de linguagem nos textos. Os materiais utilizados para ministrar as aulas são slides, imagens, quadro branco, piloto, pen-drive, bem como material impresso para aprimorar os conhecimentos adquiridos, entre os quais se destaca o livro didático.

A adoção de metodologias adequadas na educação prisional é essencial para que os efeitos sejam positivos e transformadores. As atividades de leitura e produção textual propostas no plano de curso da EJA, adaptado para pessoas privadas de liberdade (PPL), contribuem significativamente para o exercício da cidadania, ao garantir o direito à educação, promover a inclusão social, possibilitar a remição de pena, redução dos índices de reincidência criminal e

emancipação, humana, ideológica e social (Rodrigues; Oliveira; Quadros, 2016).

Entretanto, ressalta-se a importância da qualificação profissional dos docentes que atuam nesse contexto, uma vez que a formação específica para a educação prisional ainda é escassa, o que pode comprometer a efetividade do processo educativo nesse ambiente, como mencionado por Gama (2023, p. 107).

Como é possível verificar, não existe formação específica voltada para a atuação dos professores na educação prisional. É necessário, no entanto, que ocorra um investimento na formação continuada de todos os profissionais que atuam nas prisões, no sentido de estimular práticas de convivências mais tolerantes. Muitos professores iniciantes nem mesmo possuem experiência com o trabalho docente com jovens e adultos, pois poucas universidades investem em uma matriz curricular que possibilite a vivência em ambientes educacionais que fujam do cotidiano disposto pelo mercado de trabalho.

Como ressalta Gama (2023), é necessário que sejam investidos recursos na qualificação e formação destes profissionais atuantes no sistema de educação prisional, bem como uma matriz curricular universitária de formação de professores que possibilite a atuação nesses ambientes educacionais, visando ampliar esse processo de experiência formadora na capacitação de docentes.

Sendo assim, se faz necessário enfatizar a sinalização da fragmentação de investimentos na educação e capacitação dos profissionais que atuam nesse segmento que é elemento fundamental para desenvolver de forma humana os indivíduos. E vincular também os sistemas prisionais com parcerias internacionais, como já vem acontecendo e resultando em mudanças significativas nas vidas dos apenados e dos contribuintes para que essa educação se desenvolva de maneira eficiente, como ressalta Saraiva e Lopes (2011).

Ressalta-se que a educação prisional ainda enfrenta inúmeras fragilidades estruturais e institucionais, marcadas pelo descaso histórico do poder público em efetivar políticas educacionais consistentes para esse contexto. Apesar dos avanços promovidos pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), muitas vezes as ações educativas não são suficientes para superar as falhas provocadas pela falta de investimentos, infraestrutura precária, escassez de material didático e falta de formação específica para os docentes. Conforme Gracilliano e Schilling (2008), essa omissão governamental contribui para a perpetuação de arbitrariedades no ambiente prisional, comprometendo o direito à educação das pessoas privadas de liberdade.

Em contrapartida, é importante destacar que avanços têm sido implementados nos últimos anos, como a criação de diretrizes nacionais específicas, a ampliação de programas de remição de pena por meio da educação e o fortalecimento da EJA como modalidade fundamental para o sistema prisional. Assim, Bento (2021) destaca que a educação das pessoas

privadas de liberdade constitui uma ferramenta estratégica para a transformação social, sendo a EJA uma via promissora para a ressignificação das trajetórias dos detentos e para a redução dos índices de reincidência criminal.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A leitura e a escrita possuem um papel fundamental no desenvolvimento humano e social dos internos, visto que muitos necessitam recuperar a autoestima devido ao delito cometido e, em razão disso, eles acabam se tornando pessoas desacreditadas do próprio potencial em reconstruir a vida e (re) escrever sua história. Assim, compreende-se que a leitura e a escrita modificam essa realidade, contribuindo para a elevação da autoestima dos internos. A seleção dos textos no planejamento do Plano de Curso da educação de Pessoas Privadas de Liberdade é fundamental porque, por meio deles, essas pessoas poderão reacreditar em si mesmos e reconstruir suas vidas pós-cárcere, assim como conseguir emprego.

O desenvolvimento de novas habilidades se torna essencial nesse processo, sendo a educação uma mola propulsora que irá despertar nesses indivíduos novas perspectivas e horizontes para seguir, pois o que até então não se percebia como possibilidade, é apresentado por meio dos livros. Além disso, os materiais de estudos, como a leitura, podem funcionar como um escape mental do cárcere, nutrindo as mentes e estimulando o pensamento crítico dos indivíduos; já a escrita promove para eles um instrumento de expressão dos seus sentimentos, aflições, que muitas vezes acabam se perdendo em meio ao contexto prisional.

Dessa forma, percebe-se que tanto a leitura quanto a escrita podem propiciar para as PPL um autoconhecimento, possibilitando que reflitam sobre os erros e equívocos cometidos (Candido, 1995; Rego, 2013), e tenham uma nova visão de vida com maior conhecimento sobre as ações, impactos na sociedade e na própria vida, promovendo também habilidades como oratória, argumentação, organização de vida e reflexões que se tornam importantes atributos para reintegrar-se na vida social como um todo.

Nesse contexto, é importante que a sociedade incentive e exponha os impactos positivos que a educação prisional possui na redução da reincidência criminal, visando construir uma nova roupagem para as vidas e devolver frutos benéficos para o meio social. Dessa forma, a leitura e escrita não são somente educação formal, mas um direito fundamental (Candido, 1995) que resultam em dignidade humana, representam e proporcionam aos indivíduos uma nova vida fora do cárcere, com uma bagagem capaz de contribuir para um mundo mais justo e igualitário para todos.

## REFERÊNCIAS

ACESSABER. Disponível em: <https://accessaber.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

AMORIM, Antonio; COSTA, Patrícia Lessa Santos; BALOGH, Iêda Rodrigues da Silva; SANTOS, Carla Liane N. dos (Organizadores). **Gestão, Qualidade de Ensino e Formação do Educador da EJA**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BAHIA, Estado. **Plano de curso: Língua Portuguesa – ET VI-C / EJA PPL**. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2025.

BENTO, Esaú Maranhão Sousa. Educação além das grades: o papel transformador da EJA na ressocialização de detentos no sistema prisional brasileiro. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 29, n. 1, p. 408-421, 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CANDIDO, Antonio. **“O direito à literatura”**. In: Vários escritos. São Paulo: Duas cidades; Ouro sobre azul, 1995, p. 169-91.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GAMA, Taíza da Silva. **Limites e Possibilidades do Exercício do Direito à Educação nas Prisões do Estado do Rio de Janeiro**: Pimenta Cultural, 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE Nº 43, de 14 de julho de 2014**. Dispõe sobre oferta, pelo Sistema Estadual de Ensino, da Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, para pessoas em situação de privação de liberdade.

GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1148>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Suely Franco de. A educação prisional no Brasil: Horizonte de perspectivas. **Revista Educação em Contexto**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistaseduc.educacao.gov.br/index.php/rec/article/view/48>. Acesso em: 06 jun. 2025.

O RAPP. **Anjos (para quem tem fé)**. Letras. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/orappa/anjos/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

REGO, Adriano Eysen. Leitura e Literatura: forças humanizadoras. **Revista ContraPonto**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 1-11, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/contraponto/article/view/8370/pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

RELATÓRIOS DE INFOMAÇÕES PENAIIS – RELIPEN. Gov.br. **Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Brasília: SENAPPEN, 2024. Disponível em: <https://share.google/FPodyqzgGK9WXVrsP>. Acesso em: 06 maio 2025.

RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; QUADROS, Sheila Fabiana de. Educação prisional e ressocialização: Apontamentos Conceituais. **Imagens da Educação**, v. 9, n. 3, p. 66-78, 2019. Disponível em: [https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Educa%C3%A7%C3%A3o+prisional+e+ressocializa%C3%A7%C3%A3o%3A+Apontamentos+Conceituais+pdf&btnG=](https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Educa%C3%A7%C3%A3o+prisional+e+ressocializa%C3%A7%C3%A3o%3A+Apontamentos+Conceituais+pdf&btnG=). Acesso em: 06 maio 2025.

SARAIVA, Karla; LOPES, Maura Corcini. Educação, inclusão e reclusão. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 14-33, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Karla-Saraiva-2/publication/268007992\\_EDUCACAO\\_INCLUSAO\\_E\\_RECLUSAO/links/5630cf3908ae8eb6f27393b0/EDUCACAO-INCLUSAO-E-RECLUSAO.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Karla-Saraiva-2/publication/268007992_EDUCACAO_INCLUSAO_E_RECLUSAO/links/5630cf3908ae8eb6f27393b0/EDUCACAO-INCLUSAO-E-RECLUSAO.pdf). Acesso em: 06 maio 2025.

SILVA, Maria da Conceição Valença da; PIMENTEL, Elaine. **Educação em Prisões: Princípios, Políticas Públicas e Práticas Educativas**. Curitiba: CRV, 2020.

TUDO SALA DE AULA. Disponível em: [https://www.tudosaladeaula.com/#google\\_vignette](https://www.tudosaladeaula.com/#google_vignette). Acesso em: 20 ago. 2025.

UCELLI, Hilary Vancini; JACOB, Alexandre. O papel da educação na redução da reincidência criminal e na reintegração social de detentos. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, S. 1.1, V. 12, 2023. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/1721>. Acesso em: 10 jun. 2025.